

Entre instituições e cultura política: partidos e movimentos sociais na construção da democracia na América Latina

*Clarissa Franzoi Dri**

Resumo. O artigo busca discutir as relações entre partidos políticos e movimentos sociais na América Latina a partir de uma abordagem cultural e pluralista. Considera-se que, para além das instituições, existe um conjunto de crenças, ideais, normas e tradições que compõem o sistema democrático e que influenciam, portanto, essas relações. O trabalho analisa especialmente os casos de Venezuela e Bolívia como exemplos de movimentos políticos que chegaram ao poder com estreitas vinculações sociais.

Palavras-chave. Democracia. Partidos políticos. América Latina

Abstract. This paper intends to discuss the relations between political parties and social movements in Latin America. Beyond the institutions, there are a series of beliefs, ideals, rules and traditions which form the democratic system and influence therefore these relations. This article especially analyzes the cases of Venezuela and Bolivia as examples of political movements closely linked to their social bases.

Keywords. Democracy. Political parties. Latin America.

Grande parte das discussões na academia ou na imprensa sobre democracia na América Latina considera a estrutura institucional dos processos decisórios e as possibilidades de reforma. O ponto de vista institucional mostra-se indispensável na medida em que as instituições – entendidas aqui como redes de estruturas, procedimentos e valores compartilhados em um determinado sistema político, que persistem num período de tempo e que têm alguma função específica – são elementos organizadores das interações políticas e, portanto, influenciam fortemente as estratégias adotadas e seus resultados¹.

No entanto, os canais formais da realização democrática não são os únicos parâmetros da vida política das sociedades latino-americanas. Para além das instituições existentes, há todo um conjunto de crenças, ideais, normas e tradições que compõem igualmente o sistema democrático e influenciam as características essenciais de seus aspectos formais, sobretudo

• Bacharel em Direito da Universidade Federal de Santa Maria, RS. Mestre em Direito das Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Catarina. Doutoranda do Instituto de Estudos Políticos da Universidade de Bordeaux.

¹ KINZO, Maria D'Alva. Os Casos do Brasil, Uruguai e Paraguai. In: FUNDAÇÃO KONRAD ADENAUER. *A Agenda Política e Institucional do Mercosul: aportes para a integração regional*. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, 1997. p. 18.

em situações tendentes a um retrocesso democrático. A consideração da cultura política², portanto, mostra-se indispensável à construção de um razoável panorama político sul-americano. Essa perspectiva busca trazer à tona uma cultura política de massas, visto que a cultura política das elites³ confunde-se, diversas vezes, com as práticas legalizadas e os ritos já institucionalizados. Trata-se de extrair o sentido do político não apenas das fontes estatais clássicas, mas de captá-lo das ações e do imaginário dos atores individuais e coletivos que se encontram, em geral, fora da esfera do poder estatal.

A relação entre o sistema de partidos e os movimentos sociais consiste no âmbito cultural que será abordado no artigo. Esse tema costuma incitar disjunções correspondentes à deriva estatista e à deriva civilista. A primeira desconhece ou nega o perfil político e autônomo dos movimentos sociais, subordinando-os aos partidos. A segunda aposta em uma ilusória transformação das relações sociais sem a modificação do Estado, contestando o caráter fundamental da luta pelo poder estatal e, portanto, do partido político⁴. Aplicando-se essa equação à realidade sul-americana, os desvios parecem ser mais complexos, como a primeira parte procura demonstrar. A segunda parte estuda os casos da Venezuela e da Bolívia como alternativas de construção de estreitas vinculações sociais dos partidos políticos.

² Cultura política designa o conjunto de atitudes, normas, crenças, mais ou menos largamente partilhadas pelos membros de uma determinada unidade social e tendo como objeto fenômenos políticos. “Assim, poderemos dizer, a modo de ilustração, que compõe a Cultura política de uma certa sociedade os *conhecimentos*, ou, melhor, sua distribuição entre os indivíduos que a integram, relativos às instituições, à prática política, às forças políticas operantes num determinado contexto; as *tendências* mais ou menos difusas, como, por exemplo, a indiferença, o cinismo, a rigidez, o dogmatismo, ou, ao invés, o sentido de confiança, a adesão, a tolerância para com as forças políticas diversas da própria etc; finalmente, as *normas*, como, por exemplo, o direito-dever dos cidadãos a participar da vida política, a obrigação de aceitar as decisões da maioria, a exclusão ou não do recurso a formas violentas de ação. Não se descurem, por último, a linguagem e os símbolos especificamente políticos, como as bandeiras, as contra-senhadas das várias forças políticas, as palavras de ordem etc.” SANI, Giacomo. *Cultura Política*. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco (Orgs.). *Dicionário de Política*. 12. ed. vol. 1. Brasília: UnB, 2004. p. 306. Grifos no original.

³ O termo *elite* é utilizado aqui no sentido de classe dirigente, em oposição à classe dirigida. “A primeira, sempre menos numerosa, exerce todas as funções políticas, monopoliza o poder e goza das vantagens que o poder traz consigo, enquanto a segunda, mais numerosa, é dirigida e controlada pela primeira, de maneira ora mais ou menos legal, ora mais ou menos arbitrária e violenta, e supre aquela, pelo menos aparentemente, com meios materiais de subsistência e com o instrumental necessário à vitalidade do organismo político.” MOSCA, Gaetano. *A Classe Dirigente*. In: SOUZA, Amaury de (Org.). *Sociologia Política*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1966. p. 51. Veja também PARETO, Vilfredo. *Propriedades dos resíduos e das derivações*. In: RODRIGUES, J. A. *Sociologia*. São Paulo: Ática, 1984. p. 75-111 e MICHELS, Robert. *Sociologia dos Partidos Políticos*. Brasília: UnB, 1980.

⁴ CARRION, Eduardo. *Estado, Partidos e Movimentos Sociais*. Porto Alegre: EDIPAZ, 1985. p. 94-95.

1. PARTIDOS OU MOVIMENTOS SOCIAIS?

O fato de se poder falar em cultura política em termos de macroanálise, em uma ótica global das relações sociais, não indica que ela representa algo homogêneo. “A cultura política de uma dada sociedade é normalmente constituída por um conjunto de *subculturas*, isto é, por um conjunto de atitudes, normas e valores diversos, amiúde em contraste entre si”⁵. No caso da América do Sul, é possivelmente no âmbito da cultura política, mais do que no seio das vias democráticas institucionais, que se verificam as maiores disparidades entre os países. Por outro lado, um mesmo Estado congrega diferenças marcantes entre as culturas políticas de suas próprias regiões, por vezes mais acentuadas do que a diversidade com relação a outros países. Essas assimetrias nacionais surgem, por exemplo, em decorrência de diferenças lingüísticas, históricas, geográficas, étnicas e econômicas. Sobretudo em zonas de fronteira, é forte a aproximação político-cultural entre comunidades de países vizinhos. Paradoxalmente, portanto, a consideração de um perfil geral da cultura política sul-americana é reforçada e limitada pelas mencionadas particularidades culturais.

De modo geral, pode-se falar em um “desencantamento democrático” na América Latina⁶. Mostra-se elevado o grau de insatisfação popular com a democracia⁷, ao mesmo tempo em que aumenta a desconfiança na capacidade das instituições de oferecer respostas eficazes aos problemas sociais. A baixa participação eleitoral e a considerável insegurança com relação à melhor forma de governo, entre outros fatores, demonstram a falta de confiança no frágil sistema democrático delineado⁸. A instabilidade democrática surge, assim, como

⁵ SANI, Giacomo, op. cit., p. 307. Grifo no original.

⁶ DABÈNE, Olivier. *Amérique latine, la démocratie dégradée*. Paris: Complexe, 1997. p. 134.

⁷ Somente 27% dos latino-americanos se dizem suficientemente satisfeitos com o sistema democrático. 48% declaram-se pouco satisfeitos e 20% totalmente insatisfeitos. México, Brasil e Panamá revelam os maiores índices de total insatisfação. Instituto Latinobarómetro. In: Ibid, p. 135. Dados referentes ao ano de 1996.

⁸ Entre 1990 e 2002, a média de eleitores que exerceram o direito ao voto nos países da América Latina foi de 62,7%, e a média de votos válidos foi de 56,1%, sendo que em somente três Estados o voto não é obrigatório. 43,9% dos latino-americanos não acreditam que a democracia possa solucionar os problemas sociais, e 54,7% apoiariam um governo autoritário que resolvesse os problemas econômicos. Outro índice alarmante refere-se à sub-representação feminina nos cargos eletivos: entre o final da década de 80 e o início dos anos 2000, a média de cadeiras parlamentares ganhas por mulheres variou entre 8% e 15,4%. PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento). *A Democracia na América Latina: rumo a uma democracia de cidadãos e cidadãs*. Santana do Parnaíba, SP: LM&X, 2004. Disponível em: <www.pnud.org.br/pdf/TextoProddal.pdf>. O texto analisa, entre outros elementos, os dados de uma pesquisa de opinião realizada em maio de 2002 e respondida por 19.508 cidadãos de dezoito países latino-americanos (Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa

uma das características mais salientes da cultura política latino-americana, “na medida em que os latino-americanos não têm aderido duradouramente aos valores básicos que o sistema democrático requer, principalmente de respeito e confiança nas instituições”⁹. São recíprocas as implicações entre ceticismo político e falta de consolidação democrática.

Aponta-se freqüentemente para uma crise de representatividade dos partidos políticos como uma das causas dessa situação. Concebidas justamente devido à necessidade de organizar a representação democrática, essas organizações parecem, na América do Sul, estar distantes dos anseios comuns do cidadão. O caráter oligárquico prevalente até a década de 30 foi atingido pelos regimes autoritários dos períodos seguintes, quando a excessiva centralização do poder não permitiu aos partidos formar bases materiais de apoio¹⁰. O enfraquecimento partidário gerado por essa situação persiste ou mesmo acentua-se no início do século XXI, devido ao caráter elitista, distanciado das clivagens sociais, e vinculado à promoção pessoal que se verifica na maioria das organizações partidárias do continente. Poucos são os eleitores filiados¹¹, e destaca-se uma convergência de atitudes, geralmente negativas, com relação aos partidos.

Confiança popular nos partidos políticos¹²

Rica, Equador, El Salvador, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, Uruguai, Venezuela).

⁹ BAQUERO, Marcello. Partidos e Cultura Política na América Latina: uma combinação de instabilidade política. In: BAQUERO, Marcello (Org.). *Desafios da Democratização na América Latina: debates sobre cultura política*. Porto Alegre: UFRGS; Canoas: La Salle, 1999. p. 27. Veja também BAQUERO, Marcello. A Desconfiança como Fator de Instabilidade Política na América Latina. In: BAQUERO, Marcello; CASTRO, Henrique Carlos de Oliveira de; GONZÁLEZ, Rodrigo Stumpf (Orgs.). *A Construção da Democracia na América Latina: estabilidade democrática, processos eleitorais, cidadania e cultura política*. Porto Alegre: UFRGS; Canoas: La Salle, 1998. p. 13-29. Entre 1995 e 2005, considerando todos os países da América Latina, nove presidentes renunciaram ou deixaram o poder antes de completar o mandato. Ademais, em 2002, uma tentativa de golpe falhou na Venezuela, e o presidente reassumiu suas funções em 48 horas. FLACSO (Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales). *Informe del Secretario General*. San José: Centro de Publicaciones FLACSO, 2005. p. 15.

¹⁰ Veja BAQUERO, Marcello. *A Vulnerabilidade dos Partidos Políticos e Crise da Democracia na América Latina*. Porto Alegre: UFRGS, 2000. p. 79-116 e DABÈNE, Olivier. *Amérique latine, la démocratie dégradée*, op. cit., p. 93-112. Para um panorama histórico do tratamento político-jurídico dos partidos no Brasil, veja MEZZARROBA, Orides. *O Partido Político no Brasil: teoria, história, legislação*. Joaçaba, SC: UNOESC, 1995. p. 41-114.

¹¹ No Brasil, no México e no Chile, 5 em cada 100 pessoas militam em partidos políticos, enquanto na Argentina esse índice decresce para 2 sobre 100. BAQUERO, Marcello. *A Vulnerabilidade dos Partidos Políticos*, op. cit., p. 146.

¹² Fonte: Instituto Latinobarômetro. In: *Ibid*, p. 146. Dados referentes ao ano de 1995.

País	Índice (%)
Argentina	27
Brasil	17
Chile	33
México	40
Paraguai	23
Peru	21
Uruguai	41
Venezuela	16

Todos os países da América Latina apresentam sistemas multipartidários. O bipartidarismo foi aos poucos sendo abandonado pelos Estados que o adotavam¹³. No entanto, mais do que numerosos¹⁴, os partidos sul-americanos são instáveis. O número e a conformação ideológica dos partidos¹⁵ e o grau de polarização modificam-se freqüentemente de uma eleição para outra¹⁶, o que não permite que o sistema partidário contribua para a regularidade da competição política. “O quadro geral é de instabilidade, muitas vezes com o definhamento de partidos tradicionais, sem que novas lealdades partidárias estejam se afirmando”¹⁷. Por outro lado, o aumento no número de partidos favorece governos de coalizão, em detrimento de governos majoritários com gabinetes unipartidários. Alguns indicadores, contudo, relativizam o panorama geral de debilidade partidária. Se é alta a volatilidade eleitoral no Brasil, por exemplo, é também correto que ela vem decrescendo nos

¹³ A Colômbia, até 1990, o Paraguai, até 2003, o Uruguai, até 1971 e a Venezuela, entre 1968 e 1998, eram considerados Estados de sistema bipartidário. Dentre as razões que levaram a América do Sul ao multipartidarismo, estão: a ausência de um sistema de autorização prévia para a constituição partidária, a generalização do sistema eleitoral proporcional, a personalização dos partidos em um líder carismático, a incorporação fragmentada das correntes ideológicas e a formação oligárquica das elites. GANDOLFI, Alain; LAMBERT, Jacques. *Le Système Politique de l'Amérique Latine*. Paris: PUF, 1987. p. 510. Para uma tipologia histórico-numérica do sistema partidário brasileiro, veja CARRION, Eduardo. *Estado, Partidos e Movimentos Sociais*, op. cit., p. 41-48.

¹⁴ No final dos anos 90, o número médio de partidos com efetiva participação no cenário político foi de 2,6 no Paraguai, 3,2 na Argentina e no Uruguai, 3,8 no Peru, 4,1 na Colômbia, 4,7 na Venezuela, 5,2 na Bolívia e no Chile, 6,3 no Equador e 7,9 no Brasil.

¹⁵ Em termos qualitativos, no Brasil, por exemplo, ocorreram significativas mudanças no quadro partidário, entre elas: “a cisão ocorrida no PMDB levando à formação do PSDB, em 1988; as várias transmutações do PDS que se tornou PPR e depois PPB, mudanças resultantes de divisões (como o cisma que levou à criação do PFL) ou de fusões com outros partidos (com o PDC e depois com o PP); e mesmo as ainda indefinidas perspectivas do PMDB de consolidar sua posição de partido relevante em face de uma já crônica situação de crise e divisão”. KINZO, Maria D’Alva, op. cit., p. 19.

¹⁶ Peru, Bolívia e Venezuela apresentam o maior índice de volatilidade partidária (mudança agregada de votos entre as eleições), seguidos de Colômbia, Equador, Paraguai, Argentina, Brasil, Chile, Uruguai.

¹⁷ ANASTASIA, Fátima; MELO, Carlos Ranulfo; SANTOS, Fabiano. *Governabilidade e Representação Política na América do Sul*. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer; São Paulo: UNESP, 2004. p. 18.

últimos anos. Caso se considerem os diferentes blocos ideológicos (direita, centro, esquerda), ao invés dos partidos, o comportamento do eleitor reflete mesmo uma acentuada estabilidade¹⁸. Além disso, a dinâmica eleitoral não se revela regionalizada, como por vezes se crê, mas sim tendente à federalização: há uma progressiva congruência entre os votos municipais, estaduais e federais, o que se deve, em grande parte, à simultaneidade das eleições presidenciais, legislativas e estaduais¹⁹.

Nesse complexo quadro político sul-americano, inserem-se as organizações não-partidárias. Bolívia, Equador, Colômbia, Paraguai, Peru e Venezuela não observam o monopólio partidário da representação. Nesses países, grupos de cidadãos ou movimentos sociais podem disputar as eleições sem a conformação de partidos políticos²⁰. Às tradicionais posturas reivindicatória e contestatória dessas entidades sociais²¹ soma-se, nesses casos, um comportamento participativo, visando a assegurar aos cidadãos formas de interferência direta na gestão do Estado e a construir mecanismos de descentralização do poder. Embora não exclusivamente, trata-se de movimentos *populares*: “ao contrário das classes exploradas, as classes dominantes já se encontram naturalmente organizadas, quando não substituídas pelo Estado”²². Trata-se, igualmente, de movimentos que optam por uma autonomia apenas relativa, mantendo algum grau de dependência com o aparato estatal.

¹⁸ PERES, Paulo Sérgio. Sistema Partidário e Instabilidade Eleitoral no Brasil. In: PINTO, Céli Regina Jardim e SANTOS, André Marengo dos (Orgs.). *Partidos no Cone Sul: novos ângulos de pesquisa*. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2002. p. 13-45.

¹⁹ ROMA, Celso; BRAGA, Maria do Socorro. Sistema Partidário, Eleições e a Questão Federativa no Brasil (1986-2000). In: PINTO, Céli Regina Jardim e SANTOS, André Marengo dos (Orgs.). *Partidos no Cone Sul: novos ângulos de pesquisa*. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2002. p. 47-81.

²⁰ Mesmo considerando-se os movimentos organizados e as persistentes mobilizações, sobretudo na rejeição ou na reivindicação de políticas sociais, a sociedade civil pode ser considerada bastante fragmentada e heterogênea na América Latina, onde 44% da população é pobre e 19,4% vive em extrema pobreza. Como se organizar social e politicamente quando as necessidades básicas de sobrevivência reclamam atenção continuamente? FLACSO, op. cit., p. 28.

²¹ Trata-se, aqui, dos denominados novos movimentos sociais, entendidos como “sujeitos coletivos transformadores advindos de diversos estratos sociais e integrantes de uma prática política cotidiana com certo grau de ‘institucionalização’, imbuídos de princípios valorativos comuns e objetivando a realização de necessidades humanas fundamentais”. WOLKMER, Antonio Carlos. *Pluralismo Jurídico: fundamentos de uma nova cultura no direito*. 3. ed. São Paulo: Alfa Ômega, 2001. p. 122. Muitas dessas organizações surgiram durante as ditaduras da década de 70, como resistência à opressão, e contribuíram decisivamente para a abertura democrática. A passagem à democracia formal, assim, realizou-se, em quase todos os países, sob um manto de democracia informal. DABÈNE, Olivier. *Amérique latine, la démocratie dégradée*, op. cit., p. 134.

²² CARRION, Eduardo. *Estado, Partidos e Movimentos Sociais*, op. cit., p. 93. Embora se reconheça a tendência pluriclassista dos novos movimentos sociais, dentre os quais se destaca o movimento estudantil, não se pode “desconsiderar totalmente que, no âmbito da América Latina, os movimentos sociais estão em grande parte ainda identificados com as classes populares, principalmente com o operariado urbano inserido numa instância

É preciso considerar, nesse contexto, que a fragilidade da representação partidária não se deve somente a características inerentes aos partidos da América do Sul, mas também a fatores que os cercam. A personificação do poder, por exemplo, que remonta às práticas coloniais clientelistas e conduz o sistema presidencialista sul-americano, é típica da cultura política regional²³. Inseridos nessa tradição, os partidos perdem força enquanto coletividades que compartilham, em seu seio, uma ideologia comum. Também as constantes trocas de sigla dos congressistas refletem mais os traços do presidencialismo de coalizão do que um problema endêmico de origem partidária²⁴. É possível, assim, que a consolidação do sistema de partidos seja limitada pelo próprio sistema político, entendido como o conjunto de condições institucionais e não institucionais no qual eles se encontram. Uma das evidências dessa situação reside em que, aparentemente, verifica-se uma relação direta entre o grau de estabilidade partidária e a espécie dos atores que conduzem o processo eleitoral. Nos países mais estáveis da região – Uruguai, Chile e Brasil – são os partidos políticos que dirigem o pleito²⁵.

conflitiva de forças produtivas, relações de trabalho e subsistência material”. WOLKMER, Antonio Carlos, *Pluralismo Jurídico*, op. cit., p. 137.

²³ Uma pesquisa realizada em 1996 pelo Núcleo de Pesquisas sobre América Latina da Universidade Federal do Rio Grande do Sul demonstra que, quando se fala em governo, 67% dos habitantes de Porto Alegre e 72% daqueles de Quito pensam em presidente, governador ou prefeito. Instituições políticas, como congresso, partidos e judiciário foram mencionadas somente por 24% e 18% dos residentes, respectivamente. BAQUERO, Marcello. *A Vulnerabilidade dos Partidos Políticos*, op. cit., p. 144.

²⁴ A instabilidade recorrente na representação partidária no congresso brasileiro é resultado não de dispersão eleitoral, mas de um arranjo institucional que incentiva a troca de legendas fora da competição eleitoral. Veja KRAUSE, Silvana; PAIVA, Denise. Perdas e Ganhos: lideranças políticas brasileiras e instabilidade na representação dos partidos: lógica nacional versus lógica regional (1982-2001). In: PINTO, Céli Regina Jardim e SANTOS, André Marengo dos (Orgs.). *Partidos no Cone Sul: novos ângulos de pesquisa*. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2002. p. 83-131. Em sistemas parlamentaristas de listas fechadas, ficam mais evidentes as conseqüências da troca de legenda dos representantes durante o mandato: falseamento da representação e conseqüente sensação de fraude do eleitorado, debilitação do sistema de partidos, favorecimento da instabilidade em detrimento da governabilidade, perda da credibilidade da classe política e deterioração da cultura democrática. Veja MALLÉN, Beatriz Tomás. *Transfigurismo Parlamentario y Democracia de Partidos*. Madrid: Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 2002.

²⁵ A diferença de Chile, Brasil e Uruguai dos demais países consiste em que, nesses casos, durante a crise econômica e social dos anos 80: “a) os partidos mantiveram a capacidade de estruturar a mais importante das disputas eleitorais, a presidencial, e uma vez no governo, lograram manter bons desempenhos; b) o sistema político mostrou-se aberto à emergência ou manutenção de uma alternativa partidária à esquerda, a qual, por sua vez, logrou tornar-se eleitoralmente competitiva, fazendo com que novos *issues* fossem levados em conta nos processos decisórios e, desta forma, moderando o conflito político”. ANASTASIA, Fátima; MELO, Carlos Ranulfo; SANTOS, Fabiano, op. cit., p. 49. No Uruguai, nem mesmo a ditadura militar abalou o papel central dos partidos no sistema político. No entanto, atualmente verifica-se “uma certa defasagem entre uma cidadania que começa a ter um distanciamento crítico com relação aos partidos, mas que, ao mesmo tempo, segue transferindo uma enorme quantidade de tarefas, de responsabilidades, de expectativas ao sistema político. Trata-se de uma cidadania que cada vez se distancia mais do jogo partidário, mas que segue responsabilizando o

De todo modo, o espaço para a representação por meio dos movimentos sociais parece surgir quando os partidos políticos não se mostram fortalecidos o suficiente para disputar o poder de modo a incluir os interesses das diversas camadas sociais. Se uma decorrência da crise partidária for a maior representatividade de setores historicamente excluídos do processo eleitoral, é possível que se esteja diante de uma significativa transformação na democracia representativa sul-americana. Inversamente, se a disputa pelo poder desses novos movimentos sociais acarretar simplesmente sua institucionalização aos moldes dos partidos tradicionais, não ocorrem mudanças substantivas nos níveis de representatividade, na medida em que a vulnerabilidade partidária pode ser mais consequência do que causa de pouca democracia. Em outras palavras, se não houver deslocamento real de poder, a democracia na América do Sul continuará como um regime eminentemente formal. Nesse último caso, contudo, há uma diferença a ser sublinhada: por sua natureza²⁶, os movimentos sociais apresentariam condições de se equiparar ao partido político orgânico, preocupado com a formação de consciência política²⁷. Em tese, portanto, teriam mais chances de influenciar o próprio sistema democrático.

sistema político por tudo o que acontece”. CAETANO, Gerardo. Os Casos do Brasil, Uruguai e Paraguai. In: FUNDAÇÃO KONRAD ADENAUER. *A Agenda Política e Institucional do Mercosul: aportes para a integração regional*. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, 1997. p. 33. Livre tradução do original: “*Un cierto desfase entre una ciudadanía que comienza a tener un distanciamiento crítico respecto de los partidos, pero que al mismo tiempo sigue transfiriendo una enorme cantidad de tareas, de responsabilidades, de expectativas al sistema político. Se trata de una ciudadanía que cada vez se distancia más del juego partidario, pero que sigue responsabilizando al sistema político de todo lo que pasa*”.

²⁶ Segundo Claus OFFE, os movimentos sociais situam-se em uma linha intermediária entre o público e o privado, na medida em que reivindicam para si um tipo de conteúdo que não é nem exatamente privado (no sentido de que outros não se sintam legitimamente afetados) nem público (no sentido de que sejam reconhecidos como objeto legítimo das instituições e dos atores públicos oficiais). Seu campo de ação consistiria em um espaço de política não-institucionalizada. Essa descrição, relativa à Europa ocidental, não se aplica à América Latina a não ser parcialmente. Se aqui existem organizações com essas características, há também, inclusive em maior quantidade, movimentos que reivindicam a realização de direitos fundamentais, que se encontram na esfera de ação estatal e, portanto, pública. Em ambos os casos, no entanto, parece estar-se diante de anseios e dinâmicas que partem das bases. *Partidos Políticos y Nuevos Movimientos Sociales*. Madrid: Sistema, 1996. p. 174.

²⁷ A concepção tradicional dos partidos políticos preocupa-se essencialmente com questões organizativas e eleitorais, tendo como teóricos fundadores Robert Michels e Maurice Duverger. A corrente orgânica, por outro lado, concebe o partido para além do processo eleitoral, entendendo-o como um elemento chave da vida política das sociedades, como indicavam os estudos de Karl Marx, Friedrich Engels, Antonio Gramsci e Umberto Cerroni. Segundo a teoria orgânica, “a existência do Partido Político não está diretamente relacionada com a do Parlamento, mas com a vontade de indivíduos que desejam transformar as relações sócio-político-econômicas. Afinal, o papel do Partido Político é o de servir de protótipo, é o de prefigurar a sociedade futura, se servir de ponto de reencontro e de confrontação entre as diferentes correntes de pensamento.” O partido orgânico iniciaria, justamente, como uma agregação corporativa na autodefesa diante de algum tipo de exploração, para depois difundir os interesses globais da sociedade, não apenas de uma parcela. MEZZAROBBA, Orides. *O Partido*

Ao invés da mútua exclusão das derivas estatalista e civilista, é possível considerar sua complementaridade. “A insuficiência dos partidos políticos, como instância de representação oficial, conduz à necessidade de superar o quadro institucional vigente através da multiplicação de canais legítimos e alternativos”²⁸. Não se trata, no entanto, de necessariamente abolir o sistema representativo ou as instituições convencionais. Trata-se, isso sim, da construção de “uma nova lógica pluralista de coordenação sócio-política”²⁹, onde organizações institucionais e não institucionais coexistam como instrumentos democráticos. Seu aprimoramento, inclusive, passa por essa interdependência: ao mesmo tempo em que os partidos precisam aproximar-se das bases, os movimentos sociais, em geral de alcance local ou limitado, legitimam-se como expressão de uma vontade coletiva e potencialmente transformadora nas negociações estatais.

Poderíamos concluir pela afirmação da prioridade da luta pelo poder estatal que passa pela intermediação tanto dos partidos políticos como dos movimentos sociais. Numa análise mais abrangente, teríamos de concluir o estudo de outras tantas experiências (o poder local, por exemplo) que, como os movimentos sociais, representam, face à heteronomia estatal, a autonomia social. [...] Neste sentido, justifica-se plenamente a proposta de uma política não apenas partidária e de uma democracia não apenas representativa³⁰.

2. VENEZUELA E BOLÍVIA: A CHEGADA AO PODER DE UMA ESQUERDA NÃO-INSTITUCIONALIZADA

Na Venezuela, Hugo Chávez foi eleito em 1998 pelo Movimento V República (MVR), sucessor do Movimento Bolivariano Revolucionário. Evo Morales foi eleito na Bolívia, em 2005, pelo Movimento ao Socialismo (MAS). Embora não sejam movimentos sociais, e sim partidos, essas forças políticas possuem estreitas vinculações com a sociedade, situação ainda

Político no Brasil, op. cit., p. 37. Veja também MEZZARROBA, Orides. *O Partido Político em Marx e Engels*. Florianópolis: Paralelo 27, CPGD-UFSC, 1998.

²⁸ WOLKMER, Antonio Carlos. *Pluralismo Jurídico*, op. cit., p. 148.

²⁹ *Ibid.*, p. 149.

³⁰ CARRION, Eduardo. *Estado, Partidos e Movimentos Sociais*, op. cit., p. 97. Segundo o autor, “construir uma democracia de massa não importa apenas em incorporar à prática política, ao lado das instituições representativas, elementos de democracia semidireta e de democracia de base. Significa também se encaminhar para a superação do Estado enquanto organismo apropriador/explorador do político na direção da construção de um sociedade autogestionária distinta da sociedade programada do capitalismo desenvolvido”. *Ibid.*, p. 94.

incipiente na dinâmica partidária da América do Sul. De fato, nos últimos anos o quadro ideológico dos governos da região tem passado por algumas modificações. Assiste-se ao crescimento do apoio populacional às iniciativas de esquerda, o que culminou, em muitos países, com sua chegada ao poder. A familiaridade entre essas experiências relaciona-se à ruptura, mais ou menos explícita, com os discursos econômicos dominantes dos anos 90³¹. Os novos governos esquerdistas denunciam o modelo neoliberal e a ortodoxia financeira defendida por organismos internacionais especializados, como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BIRD). Nos casos da Bolívia e do Uruguai, as esquerdas trabalham também pela nacionalização da exploração dos recursos naturais, sobretudo no tocante aos hidrocarbonetos e à água, respectivamente. Ao mesmo tempo, a economia abriga um dos principais pontos de disjunção entre tais governos: as esquerdas dividem-se entre a continuidade (ou realismo) e a ruptura (ou radicalismo) relativamente à política econômica anteriormente praticada.

Esse comportamento vincula-se a uma maior ou menor institucionalização das propostas alternativas de governo. Nos casos de Brasil, Uruguai e Chile, o fim dos rígidos regimes militares trouxe consigo a reorganização dos partidos de esquerda. Além da conquista da legalidade, esses partidos começaram a desfrutar de uma crescente legitimidade democrática, na medida em que se instalava um consenso na população sobre o fracasso das políticas governativas neoliberais. Sua chegada ao poder ocorreu com respeito à ordem democrática, na qual eles estão inseridos, e suas práticas parecem visar, sobretudo, ao consenso e à estabilidade. Na Venezuela e na Bolívia, por outro lado, a opção de esquerda surgiu fora do sistema político. Nos países andinos, de modo geral, as ditaduras militares que conseguiram se instalar no final do século XX apresentaram menor duração e intensidade do que os regimes do Cone Sul. Desse modo, construiu-se a redemocratização sem significativas alterações com relação aos sistemas anteriores, o que se refletiu em uma democracia limitada e instável. Os acordos entre as elites tradicionais continuaram definindo quem ocuparia o poder. As esquerdas surgiram, então, como movimentos políticos de contestação que não se utilizaram exclusivamente das vias institucionais para a busca do poder. No governo, elas demonstram-se autônomas para implementar medidas consoantes com seus discursos, tendo

³¹ GOIRAND, Camille. Les Gauches en Amérique Latine: avant-propos. *Revue Internationale de Politique Comparée*, Bruxelles, v. 12, n. 3, p. 268, 2005.

em vista, inclusive, a falta de uma estabilidade histórica a preservar. Aparentemente, trata-se de uma busca democrática mais substancial do que formal³².

Desde 1958 vigia na Venezuela o pacto bipartidário de *Punto Fijo*, que envolvia não só os principais partidos políticos, mas também empresários, sindicalistas, Igreja e militares. O acordo estabelecia que os líderes dos partidos se comprometeriam a aceitar o resultado das eleições, a formar um governo de unidade nacional, compartilhando responsabilidade e postos de poder, e a acionar mecanismos de consulta sobre os assuntos mais importantes, mantendo sob controle a retórica política³³. Embora fosse grande a concentração de poderes no presidente, o pacto garantia a manutenção do sistema. O equilíbrio começou a ser rompido nos anos 90, quando os presidentes trilharam caminhos próprios, afastando-se de seus partidos, e portanto, de *Punto Fijo*. Nesse período, a economia nacional sofria fortemente as conseqüências do declínio internacional do preço do petróleo e da ineficiência das políticas econômicas traçadas pelos sucessivos governos. A reforma política de 1988 não impediu o fortalecimento de grupos e movimentos populares que se afastavam das diretrizes partidárias. Em fevereiro e novembro de 1992, uma organização militar liderada pelo tenente-coronel Hugo Chávez tentou depor o presidente Carlos Andrés Pérez, sem sucesso. Chávez foi preso na primeira tentativa e o presidente foi destituído no ano seguinte, sob acusação de malversação de dinheiro público. O novo presidente, Rafael Caldera, compôs um gabinete sem a presença de membros dos grandes partidos. Tal tentativa de romper com o velho regime não logrou sucesso e a crise econômica aprofundou-se, enquanto aumentava o prestígio de Chávez³⁴.

³² O caso argentino é destoante do quadro ambivalente apresentado, e demonstra com clareza que o exame dos riscos e das potencialidades da democratização na América do Sul não se resume à análise institucional. Mesmo com a reconstrução das instituições democráticas, de modo relativamente sólido, na década de 80, os governos não conseguiram evitar o período de profunda instabilidade que atingiu o país no início dos anos 2000. “O fato é que o processo político argentino se ressentiu – fenômeno que se repete em vários países do continente – de forte restrição na capacidade do Estado-nação de promover políticas internas de desenvolvimento e de alterar os rumos da política econômica e monetária, sem comprometer a sustentação do poder de compra da moeda. Instituições, nesse contexto, pouco podem fazer pra evitar a emergência de crises de governabilidade, ou, para colocar em termos técnicos, não há equilíbrio institucional possível dado o contexto e a distribuição de forças e de preferências entre os agentes relevantes.” A crise ensejou a redefinição e a divisão do peronismo, que elegeu Nestor Kirchner como o candidato da oposição em 2003. ANASTASIA, Fátima; MELO, Carlos Ranulfo; SANTOS, Fabiano, op. cit., p. 118.

³³ Ibid., p. 139.

³⁴ Após a prisão de Chávez em 1992, seus opositores lhe permitiram fazer um discurso às câmeras de televisão, pedindo a seus seguidores que depusessem as armas. O tenente-coronel falou por menos de um minuto, mas seu discurso de derrota pode ser considerado o primeiro da campanha eleitoral que o levou à presidência nove anos

A aparente estabilidade da política venezuelana sustentou-se, durante anos, com sacrifício dos elementos representatividade e transparência. Quando novos atores passaram a exigir participação nas decisões políticas, o sistema entrou em colapso. A primeira eleição de Hugo Chávez, em 1998, com 56% dos votos – considerando-se 37% de abstenção eleitoral –, ocorreu no contexto de uma “crise institucional da democracia e do Estado, de um esgotamento das identidades conectadas com o regime de partidos e de um desencanto generalizado com a ‘década perdida’”³⁵. Favorecido pela frágil situação política do país, o novo presidente conseguiu implementar um projeto político que lhe favoreceu diretamente, abrangendo uma temporária dissolução do Congresso e a aprovação de uma nova Constituição. Essa aumentou consideravelmente os poderes legislativos do presidente e lhe concedeu a possibilidade de dissolver a assembléia nacional, caso os deputados censurem por três vezes consecutivas os vice-presidentes. A Constituição de 1999 também se inclina a uma democracia plebiscitária e de massas, em oposição ao controle parlamentar: todos os cargos eletivos são revogáveis mediante convocação de referendo por pelo menos 20% dos eleitores da circunscrição correspondente. Ocorre que a mesma parcela da população que rotula o governo chavista de autoritário e militarizado utiliza-se de métodos pouco democráticos para enfraquecê-lo. Os fortes ataques pessoais ao presidente por parte da mídia venezuelana, que clama por uma intervenção norte-americana, e a tentativa de golpe de Estado em 2002, que destituiu Chávez por 48 horas³⁶, poderiam, de certo modo, explicar os mecanismos de

depois. “Eis as palavras de Chávez: ‘Companheiros: lamentavelmente, por enquanto, os objetivos a que nos propusemos não foram alcançados na capital. Quero dizer, nós, aqui em Caracas, não conseguimos controlar o poder. [...] Ouçam o comandante Chávez, que lança esta mensagem para que, por favor, reflitam e deponham as armas. [...] Companheiros, ouçam esta mensagem solidária. Agradeço-lhes sua lealdade, agradeço-lhes sua valentia, desprendimento, e, diante do país e de vocês, assumo a responsabilidade por este movimento militar bolivariano. Muito obrigado’. O pequeno discurso transformou uma derrota militar numa vitória política. Em poucas palavras, Chávez se deu a conhecer à Venezuela como líder do movimento bolivariano. Duas expressões se destacam: o ‘*por enquanto*’, que reconhece que o jogo está perdido, mas aponta para novas possibilidades e o ‘*assumo a responsabilidade*’, que teve grande repercussão num país em que os políticos, em geral, hesitam em se posicionar dessa maneira.” VALENTE, Leonardo; SANTORO, Maurício. *A Diplomacia Midiática do Governo Hugo Chávez. Espaço Acadêmico*, ano V, n. 60., mai. 2006.

³⁵ ANASTASIA, Fátima; MELO, Carlos Ranulfo; SANTOS, Fabiano, op. cit., p. 151. Duas semanas após sua posse na presidência, o escritor Gabriel García MÁRQUEZ entrevistou Hugo Chávez e relatou: “Enquanto se afastava entre sua escolta de militares condecorados e amigos de primeira hora, fui tomado pela estranha sensação de que havia viajado e conversado com gosto com dois homens opostos. Um a quem a sorte obstinada oferecia a oportunidade de salvar seu país. E o outro, um ilusionista, que podia passar para a história como um déspota a mais”. *O Enigma Hugo Chávez*. Disponível em: www.clippirata.com.br.

³⁶ Sobre o golpe, veja alguns discursos de Hugo Chávez, proferidos entre dezembro de 2002 e janeiro de 2003, compilados em FRÍAS, Hugo Chávez. *El Golpe Fascista contra Venezuela*. La Habana: Ediciones Plaza, 2003.

autodefesa implementados pelo governo³⁷. Em 2006, Chávez foi reeleito para mais um mandato de oito anos. No entanto, a elevada abstenção e a contestada proposta de reforma constitucional, rejeitada por plebiscito em dezembro de 2007 e aprovada com pequena margem de votos em fevereiro de 2009, devem levar o governo a aprimorar sua ligação com os setores sociais.

Na Bolívia, Evo Morales, candidato presidencial do Movimento ao Socialismo, foi eleito após uma grave crise político-institucional. A reeleição de Gonzalo Sánchez de Lozada, em 2002, foi marcada pela rejeição de uma importante parcela da população, descontente com as capitalizações das empresas estatais promovidas em seu governo anterior³⁸. Em outubro de 2003, as crises econômica e social tornaram insustentável a situação do presidente, que foi obrigado a renunciar. Após a queda do vice-presidente, Carlos Mesa Gisbert, assumiu Eduardo Rodríguez, presidente do Tribunal Constitucional, convocando eleições para dezembro de 2005. Nesse conturbado contexto social, mais da metade dos bolivianos apoiou a esquerda indigenista e nacionalista dirigida por um *cocalero*. Trata-se da primeira vez, em 500 anos, que a maioria se vê representada no governo boliviano, habituado a abrigar as elites³⁹. A postura claramente antineoliberal do novo governo refletiu-se na nacionalização dos hidrocarbonetos, em maio de 2006. Um plebiscito realizado ainda no governo de Carlos Mesa mostrou que 92% da população boliviana apoiava a nacionalização. “Tendo sido a palavra de ordem na deposição do presidente anterior, a nacionalização dos recursos naturais foi bandeira determinante na campanha de Morales”⁴⁰. Sem a concretização do processo, portanto, a estabilidade e legitimidade do governo estariam em risco. Em reação às reformas

Veja também o documentário A REVOLUÇÃO NÃO SERÁ TELEVISIONADA. Direção de Kim Bartley e Donnacha O’Brian. Produção de David Power. Irlanda: Power Pictures e Produção de Cinema da Irlanda, 2003.

³⁷ Além das medidas políticas consideradas autoritárias, o governo tem demonstrado preocupações sociais inéditas. Cite-se, por exemplo, a criação da Universidade Bolivariana e as Missões Robinson e Ribas, relativas à educação básica e superior, a Missão Mercal, que implementou distribuidores de alimentos a preços populares, e a presença de médicos cubanos em regiões de difícil acesso no interior do país. Ademais, a nacionalização da Petróleos de Venezuela SA insere-se na tentativa de melhor distribuição das riquezas geradas pelo petróleo.

³⁸ O apoio da elite de Santa Cruz e do governo norte-americano foi decisivo na reeleição. No início de seu governo, o presidente contava com 9% de apoio popular. ZANELLA, Cristine Köeller; MARQUES, Pâmela Marconatto. Evo Morales e o País que Quer Existir: a legitimidade da nacionalização do gás e petróleo bolivianos em uma abordagem interdisciplinar. In: MENEZES, Wagner (Coord.). *Estudos de Direito Internacional: anais do 4º Congresso Brasileiro de Direito Internacional*. vol. VI. Curitiba: Juruá, 2006. p. 512.

³⁹ QUINTANA, Juan Ramón. Bolívia: imagem invertida. *Nossa América*, São Paulo, n. 23, p. 46, 2006.

⁴⁰ ZANELLA, Cristine Köeller; MARQUES, Pâmela Marconatto, op. cit., p. 514. Para uma análise das legitimidades histórica, política e jurídica da nacionalização dos recursos naturais bolivianos, veja o referido trabalho.

sociais empreendidas pelo novo governo, setores privilegiados da sociedade relutam em aceitar sua legitimidade e empreendem demandas por territórios autônomos com competências concorrentes à do Estado.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

De modo geral, pode-se afirmar que a América do Sul apresenta uma conformação democrática quanto ao regime político e presidencialista quanto ao sistema de governo. No que tange à formulação das políticas públicas, contudo, caracteriza-se por uma espécie de democracia minimalista, que confere demasiada autonomia ao presidente⁴¹. O paradoxo reside justamente na aceitação popular de um sistema mínimo – minimamente incluyente, minimamente democrático – que não resolve os problemas sociais. A anuência passiva ou a contestação dessas limitações encontram explicação, a um só tempo, na cultura política da região. Tanto o viés da resistência popular quanto o da conformidade são alimentados pela falta de confiança dos cidadãos nos canais representativos. A compreensão dessas relações passa necessariamente pelo estudo da dinâmica do jogo partidário e do crescimento da atuação política dos movimentos sociais.

Os governos boliviano e venezuelano são exemplos da “esquerda má” que assume o poder no continente⁴². A “esquerda boa” caracterizaria justamente as correntes de oposição mais institucionalizadas, predominantes no Brasil, no Chile e no Uruguai. Essa dicotomia, contudo, não satisfaz a complexidade dos contextos políticos e sociais que procura descrever⁴³. A separação simplista entre bem e mal, convenientemente utilizada pelo governo de George Bush para as mais diversas situações, reflete um moralismo panfletário de cunho religioso que não serve como critério de análise política. Tal maniqueísmo pode ser igualmente constatado nos rótulos populistas e clientelistas carregados por esses governos andinos. A confusão que se afirma entre populismo e democracia contribui para o

⁴¹ JIMENEZ, Alfredo Ramos. *Las Formas Modernas de la Política: estudio sobre la democratización de América Latina*. Mérida: Centro de Investigaciones de Política Comparada de la Universidad de los Andes, 1997. p. 66.

⁴² Veja CASTAÑEDA, Jorge. Bem me quer, mal me quer. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 28 mai. 2006. Folha Mais!, p. 5.

⁴³ Veja COLOMBO, Sylvia. Fora do Eixo. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 28 mai. 2006. Folha Mais!, p. 4.

obscurcimento dos limites entre autoritarismo e atendimento das necessidades sociais, entre teatralização da cena pública e busca do bem comum. É certo que os casos abrigam a personificação do poder e o caráter providencial do líder, mas esses fatores são parte da cultura política de toda a América do Sul. Ainda está por se definir o perfil dessa deserdada “esquerda má”, que somente percorre os primeiros passos no sentido de um relativo rompimento com as diretrizes político-econômicas neoliberais, ancorada em movimentos sociais e políticos nutridos fora da tradicional esfera partidária.

REFERÊNCIAS

ANASTASIA, Fátima; MELO, Carlos Ranulfo; SANTOS, Fabiano. *Governabilidade e Representação Política na América do Sul*. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer; São Paulo: UNESP, 2004.

BAQUERO, Marcello. A Desconfiança como Fator de Instabilidade Política na América Latina. In: BAQUERO, Marcello; CASTRO, Henrique Carlos de Oliveira de; GONZÁLEZ, Rodrigo Stumpf (Orgs.). *A Construção da Democracia na América Latina: estabilidade democrática, processos eleitorais, cidadania e cultura política*. Porto Alegre: UFRGS; Canoas: La Salle, 1998. p. 13-29.

_____. *A Vulnerabilidade dos Partidos Políticos e Crise da Democracia na América Latina*. Porto Alegre: UFRGS, 2000.

_____. Partidos e Cultura Política na América Latina: uma combinação de instabilidade política. In: BAQUERO, Marcello (Org.). *Desafios da Democratização na América Latina: debates sobre cultura política*. Porto Alegre: UFRGS; Canoas: La Salle, 1999. p. 15-30.

CAETANO, Gerardo. Os Casos do Brasil, Uruguai e Paraguai. In: FUNDAÇÃO KONRAD ADENAUER. *A Agenda Política e Institucional do Mercosul: aportes para a integração regional*. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, 1997.

CARRION, Eduardo. *Estado, Partidos e Movimentos Sociais*. Porto Alegre: EDIPAZ, 1985.

CASTAÑEDA, Jorge. Bem me quer, mal me quer. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 28 mai. 2006. Folha Mais!, p. 5.

COLOMBO, Sylvia. Fora do Eixo. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 28 mai. 2006. Folha Mais!, p. 4.

DABÈNE, Olivier. *Amérique latine, la démocratie dégradée*. Paris: Complexe, 1997.

FLACSO (Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales). *Informe del Secretario General*. San José: Centro de Publicaciones FLACSO, 2005.

FRÍAS, Hugo Chávez. *El Golpe Fascista contra Venezuela*. La Habana: Ediciones Plaza, 2003.

GANDOLFI, Alain; LAMBERT, Jacques. *Le Système Politique de l'Amérique Latine*. Paris: PUF, 1987.

GOIRAND, Camille. Les Gauches en Amérique Latine: avant-propos. *Revue Internationale de Politique Comparée*, Bruxelles, v. 12, n. 3, p. 267-281, 2005.

JIMENEZ, Alfredo Ramos. *Las Formas Modernas de la Política*: estudio sobre la democratización de América Latina. Mérida: Centro de Investigaciones de Política Comparada de la Universidad de los Andes, 1997.

KINZO, Maria D'Alva. Os Casos do Brasil, Uruguai e Paraguai. In: FUNDAÇÃO KONRAD ADENAUER. *A Agenda Política e Institucional do Mercosul*: aportes para a integração regional. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, 1997. p. 17-26.

KRAUSE, Silvana; PAIVA, Denise. Perdas e Ganhos: lideranças políticas brasileiras e instabilidade na representação dos partidos: lógica nacional versus lógica regional (1982-2001). In: PINTO, Céli Regina Jardim e SANTOS, André Marengo dos (Orgs.). *Partidos no Cone Sul*: novos ângulos de pesquisa. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2002. p. 83-131.

MALLÉN, Beatriz Tomás. *Transfigurismo Parlamentario y Democracia de Partidos*. Madrid: Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 2002.

MEZZAROBA, Orides. *O Partido Político em Marx e Engels*. Florianópolis: Paralelo 27, CPGD-UFSC, 1998.

MEZZAROBA, Orides. *O Partido Político no Brasil*: teoria, história, legislação. Joaçaba, SC: UNOESC, 1995.

MICHELS, Robert. *Sociologia dos Partidos Políticos*. Brasília: UnB, 1980.

MOSCA, Gaetano. A Classe Dirigente. In: SOUZA, Amaury de (Org.). *Sociologia Política*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1966. p. 51-69.

OFFE, Claus. *Partidos Políticos y Nuevos Movimientos Sociales*. Madrid: Sistema, 1996.

PARETO, Vilfredo. Propriedades dos resíduos e das derivações. In: RODRIGUES, J. A. *Sociologia*. São Paulo: Ática, 1984. p. 75-111.

PERES, Paulo Sérgio. Sistema Partidário e Instabilidade Eleitoral no Brasil. In: PINTO, Céli Regina Jardim e SANTOS, André Marengo dos (Orgs.). *Partidos no Cone Sul: novos ângulos de pesquisa*. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2002. p. 13-45.

PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento). *A Democracia na América Latina: rumo a uma democracia de cidadãos e cidadãs*. Santana do Parnaíba, SP: LM&X, 2004.

QUINTANA, Juan Ramón. Bolívia: imagem invertida. *Nossa América*, São Paulo, n. 23, p. 46, 2006.

ROMA, Celso; BRAGA, Maria do Socorro. Sistema Partidário, Eleições e a Questão Federativa no Brasil (1986-2000). In: PINTO, Céli Regina Jardim e SANTOS, André Marengo dos (Orgs.). *Partidos no Cone Sul: novos ângulos de pesquisa*. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2002. p. 47-81.

SANI, Giacomo. Cultura Política. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco (Orgs.). *Dicionário de Política*. 12. ed. vol. 1. Brasília: UnB, 2004. p. 306-308.

VALENTE, Leonardo; SANTORO, Maurício. A Diplomacia Midiática do Governo Hugo Chávez. *Espaço Acadêmico*, ano V, n. 60., mai. 2006.

WOLKMER, Antonio Carlos. *Pluralismo Jurídico: fundamentos de uma nova cultura no direito*. 3. ed. São Paulo: Alfa Ômega, 2001.

ZANELLA, Cristine Köeller; MARQUES, Pâmela Marconatto. Evo Morales e o País que Quer Existir: a legitimidade da nacionalização do gás e petróleo bolivianos em uma abordagem interdisciplinar. In: MENEZES, Wagner (Coord.). *Estudos de Direito Internacional: anais do 4º Congresso Brasileiro de Direito Internacional*. vol. VI. Curitiba: Juruá, 2006. p. 511-516.